



ANÁLISE DOS GASTOS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ COM A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ ENTRE OS ANOS DE 2007 A 2016

ANALYSIS OF THE PUBLIC EXPENDITURE OF THE STATE OF PARANÁ WITH THE STATE UNIVERSITY OF MARINGÁ FROM THE YEARS 2007 TO 2016

Kerla Mattiello, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, m_kerla@yahoo.com.br

Clayton Cabral Teixeira, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, clay_94@hotmail.com

Roberto Rivelino Martins Ribeiro, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, rivamga@hotmail.com

Augusto Cesare de Campos Soares, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, augustocesareuem@gmail.com

Marcos Junio Ferreira de Jesus, UNESPAR/Campus de Campo Mourão, Brasil, marcos_junio@hotmail.com

Resumo

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) faz parte juntamente com as outras universidades estaduais do Estado, da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Governo do Estado do Paraná, este apresentou no decorrer dos anos uma diminuição nos gastos com universidades. Utilizando de uma pesquisa exploratória quanto aos objetivos, aplicada quanto a natureza do problema, quanto a abordagem do problema se caracteriza como qualitativa e ainda como pesquisa documental quanto aos procedimentos técnicos, tendo como base os dados publicados no portal de transparência do governo do Estado, com informações referentes aos anos de 2007 a 2016, a pesquisa busca responder as seguintes perguntas: houve evolução nos gastos do governo do Estado com a UEM? e como se deu essa evolução? É objetivo do estudo analisar o orçamento público do Governo do Estado do Paraná e da Universidade Estadual de Maringá, com finalidade de identificar a sua evolução juntamente com os gastos mais frequentes nos últimos dez anos. Os resultados obtidos puderam demonstrar a falta de equilíbrio referente ao orçamento da universidade, pois as despesas superam as receitas em grande escala, ou seja, o valor arrecadado não é suficiente para cobrir seus gastos, em especial com outras despesas e investimentos. Foram apresentadas as despesas que precisaram ser cortadas e o histórico dos principais gastos da UEM.

Palavras-chave: Universidade. Orçamento. Gastos públicos.

Abstract

The State University of Maringá (UEM) is part of the state's other state universities, the State Department of Science, Technology and Higher Education of the State Government of Paraná, which presented a decrease in university spending over the years. Using an exploratory research on the objectives, applied as to the nature of the problem, how the problem approach is characterized as qualitative and still as documentary research on technical procedures, based on data published in the transparency portal of the state government, with information referring to the years 2007 to 2016, the research seeks to answer the following questions: Has there been any evolution in state government spending with UEM? and how did this evolution take place? The



objective of the study is to analyze the public budget of the State Government of Paraná and the State University of Maringá, in order to identify its evolution along with the most frequent expenditures in the last ten years. The results obtained were able to demonstrate the lack of balance in relation to the university budget, since the expenses exceeded the revenue on a large scale, that is, the amount collected was not enough to cover its expenses, especially with other expenses and investments. The expenditure that needed to be cut and the history of the main UEM expenditure were presented.

Keywords: University. Budget. Public spending.

1 INTRODUÇÃO

Faz parte do orçamento de qualquer entidade pública brasileira o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Com apoio da Lei nº 12.527/2011 ou Lei de Acesso a Informação e a Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 ou Lei de Responsabilidade Fiscal, a contabilidade pública busca deixar a informação acerca da entidade sempre à disposição de quem a procurar, portanto é esperada a clareza e utilidade das informações disponíveis.

Há de ser considerado que a Universidade Estadual de Maringá fica vinculada hierarquicamente à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior um órgão do governo do Estado do Paraná, portanto, os valores gastos pelo Estado para com a Universidade também devem constar nas informações divulgadas no portal de transparência do governo do Estado e assim seguir o que é definido pela base legal.

Portanto o trabalho em questão se propõe a estudar a evolução dos gastos do governo do Estado para com a Universidade Estadual de Maringá, e para isso a seguinte pergunta deve ser respondida: houve evolução nos gastos do governo do Estado com a UEM? Como se deu essa evolução?

O estudo pretende então, baseado nas informações obtidas, compreender como se deu o avanço através dos anos dos gastos do governo do Estado, bem como compreender se com as informações divulgadas é possível que a sociedade obtenha entendimento sobre o que motivou as variações destes gastos.

Torna-se importante frisar que para o estudo acerca desse tema possa ser realizado o objetivo geral deste trabalho foi definido em analisar o orçamento público do governo do Estado do Paraná e da Universidade Estadual de Maringá, a fim de identificar a sua evolução juntamente com os gastos mais frequentes nos últimos dez anos. Este trabalho se propõe estudar a evolução do gasto público do governo do Estado do Paraná, se restringindo à Universidade Estadual de Maringá, utilizando então os últimos dez anos do governo como limitação. Vale ressaltar que os dados recolhidos limitam-se aos portais de acesso a informação do governo do Estado do Paraná e da Universidade Estadual de Maringá.

Cinco seções dividem este trabalho, são elas: a introdução, que apresenta a contextualização do trabalho, seu objetivo geral, objetivos específicos, a delimitação do estudo e a organização do estudo. A fundamentação teórica é a seção que traz a base para que o trabalho seja



possível, principalmente na questão da contabilidade pública e orçamento. A metodologia do trabalho é apresentada na seção três. A quarta seção apresenta a organização e análise dos dados coletados para o trabalho bem como os resultados obtidos através destes na busca para alcançar o objetivo específico deste trabalho, e pôr fim a conclusão contendo as considerações finais acerca do estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ORÇAMENTO PÚBLICO

O orçamento público como conhecemos hoje, tem como base a Constituição Federal de 1988 que tornou obrigatória a elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, também na Lei nº 4320/64 que estabelece as normas para elaboração e controle dos orçamentos e ainda na Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas referentes à responsabilidade fiscal e a transparência.

São instrumentos do orçamento previstos no Art. 165 da Constituição Federal de 1988 o Plano Plurianual (PPA) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O Plano Plurianual vigora por quatro anos e é para Giacomoni (2017, p. 235) “[...] planejamento de toda a administração pública, orientando a elaboração dos demais planos e programas do governo, assim como do próprio orçamento anual”. É ainda função do PPA buscar soluções para problemas e demanda de recursos que foram previamente identificados (BEZERRA FILHO, 2012).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser encaminhada anualmente pela entidade pública e tem como objetivo segundo Kohama (2016, p. 43) “nortear a elaboração dos orçamentos anuais [...] de forma a adequá-los as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidos no plano plurianual”. O Art. 4 da Lei Complementar nº 101/2000 estabelece alguns pontos a serem dispostos na elaboração da LDO, entre eles estão: o equilíbrio entre receitas e despesas, programação financeira e cronograma de execução de desembolso, critério e forma de limitação de empenhos. Ainda devem fazer parte da LDO os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais (BRASIL, 2000).

O último instrumento orçamentário é a Lei Orçamentária Anual, assim como a LDO deve ser apresentada anualmente, trata do orçamento propriamente dito, e é a partir da LOA que as despesas, referente ao exercício nela disposto são executadas, fazem parte da LOA o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos. Na LOA são apresentadas detalhadamente as Receitas e as Despesas públicas previstas.

Receita pública segundo Piscitelli (2012, p. 139) “caracteriza-se como um ingresso de recursos ao patrimônio público, mais especificamente uma entrada de recursos financeiros que se reflete no aumento das disponibilidades”. Pode ser definida como entrada de recursos aos cofres públicos com objetivo de suprir as despesas públicas.



São estágios da receita pública: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. A previsão corresponde aos valores constantes na lei orçamentária, são estimativas de arrecadação de receitas, estas feitas com base em estudos prévios que levam em consideração períodos anteriores das leis Orçamentárias, e é de fundamental importância, pois é a partir dela que serão fixadas as despesas na lei Orçamentária. (LIMA; CASTRO, 2011). Lançamento é a etapa onde o ente público identifica a partir do fato gerador o direito a receber a receita pública prevista anteriormente, segundo Kohama (2016) “procedimento administrativo que permite verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, calcular o montante devido, identificar o devedor [...]”. Arrecadação é o recebimento através dos agentes arrecadadores autorizados dos tributos ou receitas previstas nos orçamentos e já identificadas. Recolhimento é a transferência dos valores arrecadados pelos agentes para as contas governamentais.

Todos os valores desembolsados pelas entidades públicas são denominados despesas públicas, para Andrade (2013, p. 72) despesa pública é “toda saída de recurso ou de todo o pagamento efetuado, a qualquer título, pelos agentes pagadores para saldar gastos fixados na lei do orçamento ou em lei especial e destinados a execução de serviços públicos”. São estágios da despesa: fixação, licitação, empenho, liquidação e pagamento.

O primeiro estágio da despesa é a fixação, onde são criadas as dotações orçamentárias para os gastos públicos, logo após a publicação da lei Orçamentária é definido através de um cronograma a maneira como devem ser utilizados os valores fixados para a despesa. Para Angélico (2011, p. 66) “Essa programação visa disciplinar os gastos à mesma medida que se realizam as receitas”. Este estágio funciona como um regulador aos gastos públicos, é ele que impede que os valores orçados sejam gastos antes do necessário.

Segundo o Inciso XXI do Art.37 da Constituição Federal de 1988 ressalvados os casos especificados na legislação, “as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes[...]” o processo licitatório precede então a etapa do empenho da despesa pública, e é dividido em algumas modalidades, cada uma para um objetivo específico e sua base legal fica por conta da Lei 8.666/93 nas modalidades de concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão, e Lei 10.520/02 para a modalidade de pregão.

Empenho para Andrade (2013, p. 104) é “Ato prévio da autoridade competente reconhecendo e criando para o Estado a obrigação de pagamento [...]”. É a etapa onde é autorizada a utilização de dotação Orçamentária para gasto posterior, o empenho precede a despesa.

Liquidação é o reconhecimento legal do recebimento do objeto que compõe o empenho, segundo o Art. 63 da Lei 4320/64 a liquidação pode ser definida como “verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito”. Pagamento é a etapa final da despesa, para Kohama (2016, p.138) “É o ato onde o poder público faz a entrega do numerário correspondente, recebendo a devida quitação”.



Todas estas informações devem ainda ser apresentadas ao público, por meio de demonstrativos específicos.

2.2 PORTAL DE TRANSPARÊNCIA E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Um dos princípios da administração pública é a publicidade. Elencado na Constituição Federal de 1988, este princípio conta ainda com o apoio da Lei Complementar nº 101/2000 ou Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelece normas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal e a Lei nº 12.527/2011 ou Lei de Acesso a Informação que regula o acesso à informação como previsto no inciso XXXIII do Art. 5º da Constituição Federal. Ainda para o Estado do Paraná contamos com a Lei Estadual nº 16.595/2010 que estabelece, entre outros pontos referente à publicidade, que “todos os atos oficiais [...] que impliquem na realização de despesas públicas deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado, inclusive na versão eletrônica” (PARANÁ, 2010).

A publicidade possui então caráter de controle para com o público afetado pelos atos governamentais, é a partir das informações constantes nos portais de transparência que podemos acompanhar a execução do orçamento das entidades, e apenas publicar as informações não é o suficiente, elas devem seguir modelos específicos definidos em leis auxiliando na compreensão do usuário da informação, pois estas somente passam a ser úteis aos usuários se compreendidas, e somente assim os dados publicados auxiliam então os usuários a obter informações relevantes referente a períodos diferentes da entidade, podendo fazer comparações entre eles.

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina ainda que os orçamentos e a Lei de Diretrizes Orçamentárias devem possuir ampla divulgação, além de outros demonstrativos necessários a responsabilidade fiscal, como trata o Art. 48 da respectiva lei: São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos (BRASIL, 2000; BRASIL, 2011).

Balanco patrimonial apresenta a situação estática da entidade no período, segundo a NBC T SP 16.6, o balanço patrimonial “evidencia qualitativa e quantitativamente a situação da entidade pública”. O balanço orçamentário garante ao usuário a possibilidade de a partir da sua análise verificar todos os valores previstos e fixados na Lei Orçamentária, como também os valores executados no exercício, servindo então de base para a comparação entre previsto e realizado (CFC, 2012).

Balanco financeiro evidencia os valores iniciais e finais de receitas e despesas realizadas no período, não somente as orçamentárias como também as extraorçamentárias, segundo Andrade (2013, p. 355) “O balanço financeiro evidencia a situação de disponibilidade, depois de conhecido o total da receita arrecadada e seu emprego na realização das despesas”. Por fim



a demonstração das variações patrimoniais, para Mauss (2012, p. 149) “mostra como ocorreram as alterações no patrimônio público, resultante ou não da execução do orçamento e indica como ocorreu o resultado patrimonial do exercício”. Ela evidencia, portanto, as variações patrimoniais, aumentativas e diminutivas, ocorridas no exercício.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

É objetivo da pesquisa gerar novos conhecimentos, explorar temas não muito conhecidos ou aprofundar os conhecimentos em temas já desenvolvidos, utilizando para isso instrumentos investigativos. Buscando evidenciar os objetivos propostos pela pesquisa, uma etapa de grande importância é a definição do tipo de pesquisa, pois é ela quem dá suporte a coleta e análise de dados durante o desenvolvimento do trabalho.

Esta pesquisa enquadra-se como exploratória quanto aos objetivos, pois é realizada em uma área com “temática não contemplada de modo satisfatório anteriormente” conforme aponta Beuren (2010, p. 80). Para Gil (2002, p. 41), esse tipo de pesquisa tem por objetivo principal “proporcionar maior familiaridade com o problema”. Ainda que tenhamos diversos estudos acerca das universidades, a análise dos orçamentos de universidades públicas é um tema pouco explorado.

Classifica-se como aplicada quanto à natureza do problema, pois tem por intuito gerar conhecimento acerca do tema estudado. A pesquisa com natureza do problema aplicada segundo Magalhães e Orquiza (2002, p.11) “gera conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos. Tem interesse na aplicação imediata, utilização e consequências práticas do conhecimento”. Este estudo caracteriza-se como um esforço inicial para entender a execução orçamentária da Universidade em questão, para buscar entender as informações disponibilizadas nos portais de transparência.

Quanto à abordagem do problema o presente estudo se configura como qualitativa, para Kauark (2010, p.26) “Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva”. A pesquisa qualitativa permite analisar com mais profundidade o tema abordado no estudo (BEUREN, 2010). Ainda que seja com base em informações orçamentárias, o objetivo do estudo foi analisar os gastos em uma perspectiva qualitativa, para buscar descrever o histórico da execução orçamentária da Universidade.

Quanto aos procedimentos técnicos trata-se de uma pesquisa documental, onde segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 174) pesquisa documental é aquela em que “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Tais fontes se constituíram na presente pesquisa como os documentos orçamentários disponíveis no Portal da Transparência.



4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A Universidade Estadual de Maringá foi criada por meio da Lei Estadual nº 6.034/69, e Decreto Estadual nº 18.109, de 28 de janeiro de 1970, formada hoje, além do campus cede na cidade de Maringá, por diversos outros campos distribuídos nas cidades de Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Cianorte, Goioerê, Umuarama e Ivaiporã. Conta ainda com uma fazenda experimental no distrito de Iguatemi, centro de pesquisa na cidade de Porto Rico e centro pesquisa em aquicultura no distrito de Floriano e são ofertados pela universidade 70 cursos de graduação distribuídos entre o campus cede e campus regionais, destes 62 presenciais e 8 à distância. Apenas no ano de 2016 a universidade possuía um total de 22.197 alunos, destes 17.006 somente de graduação.

A Universidade possui ainda um total de 442 laboratórios para atendimento aos acadêmicos e a sociedade, além do Hospital Universitário, anfiteatros, museus e outras instalações físicas distribuídas pelos campus (UEM, 2008; UEM, 2017). A universidade contribui para o desenvolvimento do município de Maringá. Além dos serviços que oferece à comunidade, como exemplo os serviços de análises laboratoriais, e o instituto de línguas. Ela contribui com a economia do município em época de eventos como o vestibular. A universidade ainda possui um total de 4.241 colaboradores, entre agentes universitários, agentes universitários do hospital universitário, e docentes.

Para o desenvolvimento do estudo, foram utilizados dados publicados junto ao portal de transparência do Governo do Estado do Paraná, as informações publicadas no referido portal são unificadas, assim, informações referentes às Universidades principalmente a UEM estão todas presentes em um único portal. Foram coletadas informações relativas às receitas e despesas do governo e das universidades estaduais do período de 2007 a 2016. Estas informações estão disponibilizadas para acesso *online* ou para *download* a partir de documentos em formato PDF ou planilhas do Excel, para o presente artigo estas foram coletadas em planilhas para facilitar a análise das informações.

Primeiramente foram analisados as receitas do governo do Estado, os valores referente às receitas previstas nos orçamentos iniciais, corrigidos a partir de suplementações e cancelamentos e comparadas com as receitas efetivamente arrecadadas no período, com o objetivo de observar esta variação no decorrer dos anos do estudo. Posteriormente foi feita a mesma análise porém se restringindo a unidade orçamentária referente à Universidade Estadual de Maringá.

Com referência às receitas totais do governo do Estado foi verificada uma consistência na relação entre previsão e arrecadação das receitas. Quando comparadas ano a ano esta relação chegou a mostrar valores de até 94,84% de arrecadação das receitas previstas no ano de 2011, e o mais baixo foi de 86,99% no ano de 2009. Em média a relação de previsão e realização das receitas totais do governo do Estado ficou no período de realização do estudo em 90,63%, conforme demonstra o Quadro 1.

RECEITAS	PREVISTA	ARRECADADA	%
2007	17.959.042.823,00	16.018.768.150,73	89,20%



2008	20.129.452.502,00	18.734.748.790,16	93,07%
2009	22.557.054.350,00	19.621.722.565,23	86,99%
2010	24.120.592.653,00	22.199.660.873,65	92,04%
2011	26.464.105.102,00	25.097.810.827,37	94,84%
2012	31.259.977.229,00	27.832.197.995,89	89,03%
2013	36.719.289.121,00	32.141.621.046,59	87,53%
2014	38.692.587.462,00	35.761.689.083,00	92,43%
2015	42.200.438.798,00	38.895.735.555,92	92,17%
2016	49.074.283.616,00	43.680.168.712,87	89,01%

Quadro 1: Relação entre receita prevista e arrecadada do Governo do Estado do Paraná

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A mesma análise agora feita tendo como referência as receitas previstas e realizadas da Universidade Estadual de Maringá não mostra a mesma consistência de dados, a variação dos dados é maior, o valor máximo foi em 2009 quando o percentual de receita arrecadada em comparação com a prevista chegou a 95,83%, já a menor foi no ano de 2015 quando este percentual foi apenas de 44,85%. A média para a relação de arrecadação com a previsão para a UEM ficou em 71,14% nos anos compreendidos neste estudo, conforme o Quadro 2.

RECEITAS	PREVISTA	ARRECADADA	%
2007	59.035.000,00	40.823.440,24	69,15%
2008	59.999.000,00	49.114.285,19	81,86%
2009	66.656.000,00	63.876.930,51	95,83%
2010	80.662.280,00	61.820.580,92	76,64%
2011	95.805.699,00	67.616.790,44	70,58%
2012	89.163.140,00	61.741.578,41	69,25%
2013	93.190.530,00	66.631.501,01	71,50%
2014	91.654.580,00	69.735.960,07	76,09%
2015	118.937.432,00	53.342.246,69	44,85%
2016	137.243.361,00	76.363.776,09	55,64%

Quadro 2: Relação entre receita prevista e arrecadada da Universidade Estadual de Maringá

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Um ponto importante a ser destacado é a quantidade de suplementações e cancelamentos ocorridos no período deste estudo, onde em grande parte dos anos estudados a receita arrecadada se quer foi suficiente para cobrir sua previsão inicial. Como exemplo, nos anos de 2015 e 2016 onde ocorreram as piores arrecadações, em percentual, para a Universidade Estadual de Maringá dos 10 anos do estudo, a previsão inicial das receitas foi corrigida em 37,50% e 51,11% respectivamente. Quando observamos estas mesmas informações no orçamento total do governo do Estado as correções das previsões iniciais também ocorrem, porém com valores menores, o valor mais alto foi visto no ano de 2016 que ocorreu uma correção no total de 11,07%, já nos anos anteriores, estas correções são bem inferiores, ficando em sua maioria entre 1% e 5%. Ainda assim, em valores absolutos podemos identificar quedas importantes de arrecadação nos anos de 2010, 2012 e especialmente em 2015.

Para a análise das despesas do governo do Estado e das universidades, foram utilizados dados



obtidos na consulta detalhada dos gastos públicos junto ao portal de transparência do governo do Estado. Assim como com as receitas, foi comparada a relação de despesas efetivamente pagas com os valores previstos nos orçamentos iniciais de cada ano do estudo. Também como observado com as receitas, existe uma maior consistência nos valores da totalidade do governo, a quantidade de despesas efetivamente pagas pelo governo ficam sempre em valores acima de 80% dos valores previstos nos orçamentos corrigidos após as suplementações e cancelamentos. Como destaque o menor índice foi em 2013 onde foram pagas 80,05% das despesas previstas nos orçamentos corrigidos, conforme demonstra o Quadro 3.

DESPESAS	PREVISTA	PAGA	%
2007	17.960.327.295,00	15.024.157.636,07	83,65%
2008	20.129.452.522,00	17.122.612.019,14	85,06%
2009	22.563.428.734,00	18.529.458.664,44	82,12%
2010	24.154.724.671,00	21.003.019.585,28	86,95%
2011	26.423.314.691,00	23.216.534.263,40	87,86%
2012	31.222.035.861,00	26.659.903.913,19	85,39%
2013	36.719.289.121,00	29.395.328.649,51	80,05%
2014	38.704.603.538,00	32.558.951.673,70	84,12%
2015	41.160.867.072,00	34.154.037.365,40	82,98%
2016	49.074.460.650,00	41.144.457.859,93	83,84%

Quadro 3: Relação entre despesas previstas e pagas do Governo do Estado do Paraná

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Ao contrário das receitas, quando observamos os valores relativos a Universidade Estadual de Maringá, os valores das despesas, retirado o valor da folha de pagamento corrigidos não apresentam uma variação tão grande dos dados, assim como na totalidade do governo, a média das despesas efetivamente pagas com relação as previsões ficam acima de 80% também para a UEM, somente nos dois primeiros anos do estudo, 2007 e 2008, que estes valores ficam em 76,89% e 76,78% respectivamente, estes são os menores valores, o valor mais alto ficou para 2016 onde 87,01% das despesas previstas no orçamento corrigido após as suplementações e cancelamentos foram pagas, conforme demonstra o Quadro 4.

DESPESAS	PREVISTA	PAGA	%
2007	300.117.219,00	230.758.267,64	76,89%
2008	355.383.990,00	272.863.386,38	76,78%
2009	394.986.965,00	316.691.717,86	80,18%
2010	428.486.612,00	355.052.023,33	82,86%
2011	473.974.114,00	379.260.343,95	80,02%
2012	473.529.472,00	388.877.994,81	82,12%
2013	548.801.328,00	447.264.188,92	81,50%
2014	578.078.409,00	483.363.214,46	83,62%
2015	622.538.489,00	522.650.357,88	83,95%
2016	707.791.666,00	615.814.649,64	87,01%

Quadro 4: Relação entre despesas previstas e pagas da Universidade Estadual de Maringá

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

As despesas do governo do Estado no período do estudo também sofreram correções com



suplementações e cancelamentos, porém em índices baixos assim como nas receitas, a maior correção ocorreu no ano de 2016, onde a previsão final ficou 13,25% maior do que a previsão inicial das despesas no orçamento. Estadual de Maringá comparadas com as previsões atualizadas, com as suplementações

Quando observamos os valores iniciais das previsões do orçamento da Universidade e cancelamentos dos períodos, não ocorre uma variabilidade grande dos dados como ocorreu nas receitas, apesar dos índices ainda serem maiores do que os observados no orçamento total do governo do Estado, estes ficam em média em 10%, onde a menor correção ocorreu em 2007 onde a previsão atualizada é apenas 4,82% maior do que a previsão inicial, e o maior valor aparece em 2015 onde a previsão corrigida é superior a inicial em 20,93%.

Observando então mais profundamente as despesas efetivamente pagas com a Universidade Estadual de Maringá podemos ver que o orçamento vai em sua maioria para o pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, ano a ano estes valores aumentam, em 2007 estas despesas representavam 73,29% das despesas efetivamente pagas com a UEM, em 2016 este valor chegou a representar 87,62% das despesas da universidade. O contrário é observado quando essas despesas são referente a investimentos, os valores que no período de realização deste estudo foram baixos, ficando nos 10 anos abaixo de 4% das despesas totais da universidade, apresentou seu maior índice em 2009, ano em que o total das despesas com investimentos chegou a 3,55% das despesas totais. Ainda podemos observar o menor valor gasto com investimentos no ano de 2016, onde apenas 0,97% dos gastos totais foram com investimentos, conforme o Quadro 5.

ANO	FOLHA	OUTRAS DESPESAS	INVESTIMENTOS
2007	73,29%	24,47%	2,25%
2008	73,06%	23,65%	3,29%
2009	73,51%	22,94%	3,55%
2010	73,36%	23,63%	3,01%
2011	75,43%	22,13%	2,44%
2012	78,54%	19,36%	2,09%
2013	79,49%	17,88%	2,64%
2014	80,72%	17,36%	1,92%
2015	86,31%	11,98%	1,71%
2016	87,62%	11,41%	0,97%

Quadro 5: Porcentagem representante dos pagamentos efetuados pela UEM

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Quando tiramos os gastos com pessoal e encargos e os investimentos sobram as outras despesas correntes, que compreendem a maioria dos gastos necessários para o funcionamento da universidade, assim como com os investimentos estes valores apenas diminuíram no período do estudo, passando de um total de 24,47% dos gastos totais em 2007 para apenas 11,41% em 2016.

Quando comparadas as despesas com as receitas da Universidade Estadual de Maringá verificamos que um dos pontos trazidos pelo Art. 4 da Lei Complementar nº 101/2000, o equilíbrio de receitas e despesas, não é uma realidade para o orçamento da universidade.



Ao analisar os dados detalhados referente as despesas efetivamente pagas por elementos da despesa, podemos ter uma visão mais abrangente dos gastos que sofreram alterações, partindo das análises verticais e horizontais do período podemos observar despesas com aumentos consideráveis, como é o caso dos Serviços Médico-hospitalares e Odontológicos que passou de um gasto de R\$ 42.991,48 em 2007, para um gasto de R\$ 1.881.192,00 um aumento de mais de 4000%, outro valor considerável foi com locação de equipamentos e materiais permanentes que no período do estudo houve um aumento de mais de 500% assim como gastos com material odontológico, como destaca o Quadro 6.

DESPESA	2007	2016	AH
SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS	42.991,48	1.881.192,00	4375,73%
LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	230.833,13	1.435.279,93	621,78%
MATERIAL ODONTOLÓGICO	30.849,05	185.276,70	600,59%
SERVIÇOS DE APOIO AO ENSINO	65.445,56	302.704,57	462,53%
AJUDA DE CUSTO PARA VIAGEM	77.816,89	354.198,05	455,17%
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	448.450,50	1.540.755,23	343,57%

Quadro 6: Despesas pagas pela UEM com maiores aumentos no período.

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Despesas como energia elétrica e água e esgoto também sofreram aumentos, porém estes mais razoáveis, cada um apresentando um aumento de 2007 para 2016 de aproximadamente 80% a 100%. Por outro lado também é possível verificar gastos com uma redução muito grande do seu valor no período do estudo, como construção de edifícios públicos que sofreu uma redução em 2016 de 80% se comparada ao ano inicial da pesquisa, outros valores se quer aparecem no ano de 2016, como bolsa auxílio para professores, locação de equipamentos de informática e veículos e também gastos com veículos, conforme Quadro 7.

DESPESA	2007
MATERIAL PARA PINTURAS EM GERAL	46.143,50
BOLSA AUXÍLIO PARA PROFESSORES	34.453,46
BOLSA DE INICIAÇÃO AO TRABALHO	13.881,00
SERVIÇO COM CONFECÇÃO DE PLACAS	10.948,36
SERVIÇOS LABORATORIAIS	210.964,96
SERVIÇOS DE CORREIO	854.582,30
LOCAÇÃO DE EQUIP. DE REPROGRAFIA E SERVIÇOS	532.779,05
LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	17.714,00
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	57.942,10
VEÍCULOS DE TRANSPORTES E SERVIÇOS	290.365,00

Quadro 7: Despesas pagas pela UEM que não apresentaram valores em 2016.

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Um ponto interessante para expor são os valores totais pagos pelo governo do Estado com as Universidades Estaduais do Paraná, quando consideramos estes valores, verificamos que a porcentagem que corresponde aos despesas pagas com as universidades apresentam valores que ficam em média nos 10 anos em 11,45%, onde no ano de 2016 foi o maior gasto com universidades chegando a 12,45% do total de pagamentos do governo, e o mínimo em 2007



ano em que o total pago foi de 10,82%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi objetivo deste artigo, analisar as receitas e despesas da Universidade Estadual de Maringá nos últimos dez anos, por meio do levantamento destes dados pelo portal de transparência do governo do Estado, em busca de verificar como se deu a evolução das contas públicas no período do estudo. A análise partindo do portal de transparência garantiu ao trabalho uma forma mais rápida e eficiente de obter os dados.

Quando pensamos em orçamentos é de se esperar um equilíbrio entre receitas e despesas, o trabalho em questão, pode mostrar que quando se trata destes valores referente a Universidade Estadual de Maringá este equilíbrio não existe, pois as despesas superam as receitas em grande escala, quando olhamos apenas para as receitas relativas a universidade, o valor arrecadado não é suficiente para cobrir seus gastos, dependendo do governo e suas secretarias para conseguir pagar suas despesas.

Partindo da coleta, separação e análise dos dados obtidos, pode-se verificar no decorrer dos anos como se deu a evolução das receitas e despesas com a universidade, inclusive identificando instabilidades quando comparadas a anos anteriores.

Diante dos dados analisados foi possível a comparação dos orçamentos iniciais e finais entre as despesas e receitas do governo do Estado e da Universidade, demonstrando com estes dados o comportamento do orçamento, portanto podemos concluir que esta trabalho alcançou seu objetivo, uma vez que podemos identificar as variações ocorridas nas despesas e receitas com a Universidade Estadual de Maringá.

Devido à grande escala das contas do governo do Estado do Paraná, não foi possível apenas com a análise das contas relativas à Universidade, identificar quais as causas das instabilidades na relação dos orçamentos, e também devido a alteração, com o passar dos anos, das identificações de alguma contas analisadas, fez com que o usuário a partir da análise apenas das contas por seus nomes, imaginar que o governo deixou de ter um certo gasto quando na verdade a conta só sofreu alteração no seu nome ou foi somada com outra de natureza parecida.

Para trabalhos futuros recomenda-se analisar a evolução das contas do governo do Estado e suas secretarias, olhando ao contrario do trabalho apresentado a totalidade das informações de receitas e despesas das secretarias vinculadas ao governo do Estado para que seja possível assim verificar em quais setores do governo houve aumento e diminuição de gastos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.



BEUREN., Ilse Maria (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público: uma abordagem simples e objetiva**. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 mai. 2017.

_____. **Lei nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. **Lei Complementar nº 101**, de 04 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 24 jun. 2017.

_____. **Lei nº 8.666**, de 21 de julho de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 24 jun. 2017.

_____. **Lei nº 10.520**, de 17 de julho de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm>. Acesso em: 24 jun. 2017.

_____. **Lei nº 12.527**, de 18 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 02 jul. 2017.

CFC. **Normas brasileiras de contabilidade**: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11. Brasília, 2012.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade Pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAGALHÃES, Luzia Eliana Reis; ORQUIZA, Liliam Maria. **Metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos, citações, referências, apresentação de trabalhos científicos**. Curitiba: FESP, 2002.

MAUSS, César Volnei. **Análise de Demonstrações Contábeis Governamentais: Instrumento de Suporte à Gestão Pública**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PARANÁ. **Lei nº 16.595**, de 26 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=56502&codItemAto=439247>>. Acesso em: 09 jul. 2017.



PISCITELLI, Roberto Bacaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

STN. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**. 7 ed. Brasília, DF, 2016, 416 p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Estatuto**. Maringá, 2008 Disponível em: <http://www.scs.uem.br/estatuto_uem.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Uem em Números**. Maringá, 2008 Disponível em: <http://www.asp.uem.br/site/index.php?option=com_content&view=front_page&Itemid=7>. Acesso em: 02 jul. 2017.